Texto para Discussão

2415

Rio de Janeiro, setembro de 2018

ipea
SUMÁRIO EXECUTIVO

DINÂMICA DEMOGRÁFICA BRASILEIRA RECENTE: PADRÕES REGIONAIS DE DIFERENCIAÇÃO

Roberto Luiz do Carmo
Pesquisador visitante na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea; professor associado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp); e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp). *E-mail*: <roberto@nepo.unicamp.br>.

Kelly C. M. Camargo
Bolsista no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e doutoranda em demografia na Unicamp. *E-mail*: <camargo.k@outlook.com>.

O aspecto central deste texto é a apresentação de informações sobre as mudanças recentes na estrutura e distribuição da população brasileira, visto que, além da necessidade de conhecer o volume e o crescimento populacional do país, é de suma relevância compreender como se deu esse processo de transformação ao longo do tempo. O perfil demográfico incide de maneira específica sobre a demanda por políticas públicas fundamentais, como saúde e educação, e sinaliza a disponibilidade de mão de obra a partir de atributos como idade e sexo. Assim, a composição de uma população em seus elementos básicos está dialeticamente associada aos componentes dos processos econômicos, como o mercado de trabalho e o mercado consumidor.

As características das transformações demográficas não são homogêneas em um país de grandes dimensões territoriais e socioeconomicamente diverso como o Brasil. Por isso, em nossa discussão, a análise observa os padrões de diferenciação expressos pelas Grandes Regiões, destacando singularidades das Unidades da Federação (UFs).

Enfatiza-se que um dos processos mais marcantes da dinâmica demográfica brasileira atual é a transição demográfica. Em termos bem gerais, o fenômeno consiste na passagem de uma sociedade rural e tradicional, com altas taxas de natalidade e mortalidade, para uma sociedade urbana e moderna, com essas mesmas taxas em níveis baixos. Constituída a partir da observação da experiência de países economicamente desenvolvidos da Europa Ocidental, a transição é associada aos desdobramentos de processos como desenvolvimento econômico, industrialização e urbanização, denotando especificidades de acordo com o contexto histórico de cada país.

No Brasil, foi possível observar que, entre as Grandes Regiões e as UFs, os intervalos de variação dos indicadores demográficos, sobretudo da taxa de fecundidade total[1] e da taxa de mortalidade infantil,[2] declinaram nas últimas décadas, elucidando a tendência de aproximação dos níveis dos indicadores. Esse quadro, no entanto, não repercute em homogeneidade dos cenários. Pelo contrário, apesar de as UFs apresentarem menores variações nos níveis dos indicadores, verifica-se, em termos de estruturas etárias, ao menos cinco fases da transição demográfica coexistindo no país.

Destaca-se que essas mudanças na estrutura etária repercutem em um processo conhecido como bônus demográfico, caracterizado pelo aumento da proporção da população em idade ativa no total dos grupos etários (Carvalho, Sawyer e Rodrigues, 1994). Esse contexto pode repercutir em possibilidades demográficas, com o aumento do bem-estar social. É necessário, porém, ter cuidado na interpretação desse fenômeno, pois não se trata de uma fatalidade histórica (Brito, 2008). De fato, cada localidade tende a passar apenas uma vez pela janela de oportunidades, mas o aproveitamento do bônus implica a organização de políticas públicas

1. Refere-se ao número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher, ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado (RIPSA, 2008).

2. Calcula o número de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado (RIPSA, 2008).

que estruturem seu desenvolvimento, e efetivamente imperem na geração de emprego e renda para um contingente grande da população.

Em conclusão, as implicações das transformações demográficas para a questão regional indicam a indispensabilidade de a política atentar para as distintas necessidades locais de investimento produtivo, como a qualificação de capital humano, em populações com cada vez maiores proporções de jovens. Também se mostra urgente preparar o país para o envelhecimento populacional em curso, a fim de que os idosos possam envelhecer de maneira ativa e saudável, e nossa sociedade, expandir as oportunidades geradas por esse processo de mudança na composição intergeracional.

REFERÊNCIAS

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.

CARVALHO, J. A. M. de; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. do N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. São Paulo: ABEP, 1994.

RIPSA – REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil:** conceitos e aplicações. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

SUMÁRIO EXECUTIVO